

## **Governo estuda regular conteúdo de rádio e TV**

*Andreza Matais*

*Anteprojeto para o setor propõe criar agência com poder de multar emissoras*

*Novo órgão substituiria a Ancine; proposta, que será entregue a Dilma, ainda veda que políticos controlem radiodifusão*

A primeira versão do projeto do governo para o setor de telecomunicação e radiodifusão prevê a criação de um novo órgão, a ANC (Agência Nacional de Comunicação), para regular o conteúdo de rádio e TV.

A Folha teve acesso à minuta da proposta, batizada de Lei Geral da Comunicação Social. O texto tem cerca de 40 páginas e vem sendo mantido em sigilo.

É resultado do grupo de trabalho criado há seis meses e coordenado pelo ministro Franklin Martins para discutir um novo marco regulatório para o setor.

A nova agência para regular conteúdo substituiria a Ancine (Agência Nacional do Cinema) e teria poderes para multar empresas que veicularem programação considerada ofensiva, preconceituosa ou inadequada ao horário.

O presidente da Ancine, Manoel Rangel, disse à Folha que não tem "opinião formada" sobre a mudança.

O texto prevê ainda a proibição que políticos com mandato sejam donos ou controlem rádio e TV. A atual legislação proíbe apenas que eles ocupem cargos de direção nas empresas.

Não está claro no anteprojeto se a vedação atingiria quem já tem concessões.

Levantamento da ONG Transparência Brasil aponta que 160 parlamentares têm concessões de rádio e TV.

O ministro já afirmou que o governo Lula não vai encaminhar o projeto ao Congresso, e sim entregá-lo a Dilma Rousseff como sugestão.

Caso Dilma decida enviar a proposta ao Congresso, o texto pode sofrer alterações e passar por consulta pública. Se a lei for aprovada, o funcionamento da agência será detalhado em decreto.

Na semana passada, Lula disse, em entrevista, que Dilma fará a regulação.

O processo de outorga de novos canais ou renovação também passará pela nova agência, além do circuito Ministério das Comunicações-Congresso, e se tornaria mais transparente, com o passo a passo publicado na internet.

A Folha apurou ainda que a proposta incorpora vários pontos do PL 116, que cria novas regras para o mercado de TV por assinatura e de conteúdo audiovisual, mas não trata de regras para cumprimento do limite de participação de capital estrangeiro nos meios de comunicação.

Será mantida a Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações), que cuida de questões mais técnicas, como a elaboração de planos e distribuição de canais.

Para o governo, a agência não significa censura, porque o conteúdo será analisado depois de veiculado.

Representantes do setor, porém, avaliam que a proposta abre brechas para cercear jornalismo e dramaturgia. Além disso, dizem, a Constituição já prevê punição para os abusos.

A criação da agência para regular conteúdo tem apoio de entidades que defendem o "controle social da mídia".

## A PROPOSTA DO GOVERNO

### Principais pontos do projeto de Lei Geral de Comunicação Social

<b>Tentativas</b> Nos últimos 12 anos, houve três tentativas de criação de uma nova lei de comunicação eletrônica de massa	<b>Fracasso</b> Todas as tentativas não tiveram sucesso. Duas foram engavetadas na gestão Fernando Henrique Cardoso e uma pelo governo Lula	<b>Nova lei</b> Franklin Martins (Comunicações) entregará para Dilma Rousseff a minuta de um novo projeto na semana que vem
---	--	--

---

<b>COMO É HOJE</b> Não existe controle do conteúdo. A Ancine (Agência Nacional do Cinema) tem como objetivo fomentar a produção, a distribuição e a exibição de obras cinematográficas e videofonográficas	 <b>Agência</b>	<b>COMO PODE FICAR</b> Transformar a Ancine (Agência Nacional de Cinema) na ANC (Agência Nacional de Comunicação), destinada a regular o mercado de conteúdo veiculado pelo setor de radiodifusão (rádio e TV)
---	---	---

---

<b>Lei de radiodifusão</b> não impede que políticos com mandato sejam proprietários de emissoras de rádio e TV. Proíbe que ocupem cargos de direção nas empresas	 <b>Propriedade</b>	Proibir que <b>políticos com mandato</b> sejam concessionários de rádio e TV <b>Levantamento da ONG Transparência Brasil afirma que 160 parlamentares em todo o país são concessionários de rádio e TV</b>
--	---	---

---

Cada canal pode exibir uma programação	 <b>Programação</b>	Modernizar a legislação de radiodifusão para a TV digital. Permite a interatividade e a multiprogramação*
--	---	---

\* Um mesmo canal se dividir em outros, com programação distinta

Fonte: Folha de S.Paulo, São Paulo, 7 dez. 2010, Primeiro Caderno, p. A4.